

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.642.549 - MG (2019/0379367-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PROCURADOR : PATRÍCIA PINHEIRO MARTINS E OUTRO(S) - MG068424**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por ESTADO DE MINAS GERAIS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - TRANSFERÊNCIA DE MENORES ALOCADOS NO DOPCAD PARA CUMPRIMENTO DE MEDIDA RESTRITIVA DE LIBERDADE EM CENTRO SOCIOEDUCATIVO - FIXAÇÃO DE MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL - PRAZO EXÍGUO - NÃO CONFIGURADO — INEXIGIBILIDADE DA ASTREINTE - AUSENTE - RISCO DE ESVAZIAMENTO DA MULTA COERCITIVA - DECISÃO MANTIDA.

Alega violação do art. 537, *caput*, e § 1º, do CPC, no que concerne à possibilidade exclusão de multa diária fixada fora dos parâmetros da razoabilidade em desfavor da Fazenda Pública, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Também não se desconhece a jurisprudência pátria no sentido da possibilidade de fixação de multa diária em desfavor da Fazenda Pública, como forma de garantir a efetividade das decisões judiciais.

Contudo, o que se discute nos autos é a razoabilidade (ou a falta de), de se manter a multa cominatória quando o prazo de cumprimento da decisão, de complexa execução, eis que envolve transferência de vários menores, foi estabelecido em apenas 24 horas, ou seja, em prazo impraticável, diante das peculiaridades do caso concreto.

Ainda assim, repita-se, o Estado conseguiu cumprir a ordem em três dias, de maneira que a pretensão do Ministério Público de executar a multa configura-se apenas como forma de punição do ente público, já que sua única função é de drenar o patrimônio do Executivo para o Ministério Público (fls. 700/701).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

No caso em apreço, verifica-se que se trata de matéria delicada, a saber: o direito dos menores adolescentes incursos na prática de ato infracional receberem atendimento socioeducativo na forma preconizada pelo art. 172, parágrafo único do ECA e com fundamento no art. 227, da Constituição Federal de 1988, sem que sejam expostos a condições suscetíveis de gerar danos à sua integridade física, moral, psicológica, ou que violem o preceito fundamental de receber tratamento especializado e condizente às suas necessidades pedagógicas, e, inclusive, assegurando a dignidade da pessoa humana.

Nesse passo, não é demais ressaltar que tais garantias são comumente inobservadas pelo poder público, especificamente quando tais jovens são submetidos ao cumprimento das medidas socioeducativas em repartições policiais ou mesmo estabelecimentos prisionais por período superior ao previsto no art. 185, §2º, ECA, qual seja 05 dias. Inclusive, este é o caso dos autos, em que os adolescentes encontravam-se acautelados no DOPCAD, aguardando serem transferidos para uma das unidades de internação ou de semiliberdade do Estado, em prazo superior a 30 (trinta) dias ou até mesmo 60(sessenta) dias (ordem 03, fls. 02/03).

Assim, não há que se falar em inadequação ou inexigibilidade das astreites, sobretudo quando demonstrado o atraso no cumprimento da ordem judicial de transferência dos menores para implemento das medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade, em afronta ao disposto no art. 185, §2º, ECA.

Nesse diapasão, considerando a demora no cumprimento da decisão, visando a execução das medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade, mediante a transferência dos menores para o centro sócio-educativo, afigura-se adequada e exigível as astreintes, pelo poder geral de cautela, para o cumprimento da ordem judicial, razão pela qual deve ser mantida a decisão agravada, porquanto ausentes os requisitos legais para concessão da tutela de urgência (fls. 678/679).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma,

# *Superior Tribunal de Justiça*

DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente